

APRESENTAÇÃO

“Terceiro mundo se for
 Piada no exterior
 Mas o Brasil vai ficar rico
 Vamos faturar um milhão
 Quando vendermos todas as almas
 Dos nossos índios num leilão
 Que país é esse?”

Que país é esse que comemora a sua independência decretada no dia 7 de setembro de 1822? Que celebra em desfiles cívicos (principalmente escolares, mas que incluem, dependendo da cidade, diferentes organizações sociais) e militares uma independência autoproclamada pelo seu então príncipe regente? Que tem como imagem simbólica uma pintura de Pedro Américo – “O Grito do Ipiranga” –, que retrata de forma completamente idealizada essa data?

A canção de Renato Russo (Legião Urbana) diz muito sobre esse país: uma colônia, que realiza a sua independência de forma negociada e subordinada com a sua antiga metrópole (Portugal) e nova “metrópole” (Inglaterra); um país voltado para a exploração violenta de sua população, desde povos indígenas ou africanos escravizados, ou de trabalhadores assalariados; um país voltado para a produção para o mercado externo e a geração de lucros para a classe dominante, que aceita a transferência de recursos de forma subalterna.

A data em si faz referência ao recebimento de uma carta da Corte Portuguesa, após a Revolução Liberal do Porto, exigindo seu retorno a Portugal e anulando a constituinte convocada pelo então príncipe regente, D. Pedro. Este, com a participação e influência de D. Leopoldina e José Bonifácio, bem como da maçonaria e de grande parte da classe dominante, após a leitura em viagem de Santos para São Paulo, declarou no dia 07 de setembro de 1822, as margens do riacho Ipiranga, a famosa frase “Independência ou Morte”.

Desde o final do século XVIII já haviam grupos e movimentos que se organizaram pela independência do Brasil – ou de pelo menos parte dele. A Conjuração Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817) estão inseridas no contexto de lutas de independência nas Américas, desde a Declaração de Independência dos EUA (1776) e das lutas de Simon Bolívar (Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia e parte do Peru) e José de San Martín (Argentina, Chile e parte do Peru), ao lado de movimentos de parte das classes dominantes locais (elites *criollas*, desprezadas pela elite espanhola) e camponeses pela libertação na América do Sul. No caso das antigas colônias espanholas, ao contrário do sonho bolivariano, houve uma

fragmentação ao invés de uma grande nação unificada. Todos esses movimentos resultaram na formação de regimes republicanos. Por que a América Portuguesa - o Brasil - não se fragmentou e adotou o regime monárquico?

Uma diferença importante, senão fundamental, é que a América Espanhola era formada por quatro grandes vice-reinados: Nova Espanha, Peru, Rio da Prata e Nova Granada, com poucos vínculos entre si, com sociedades relativamente autônomas, com universidades e formações de elites regionais, com administrações que respondiam diretamente à Coroa da Espanha. A América Portuguesa tinha uma concentração de capitânicas no litoral, relativamente mais próximas, mas todas com relação com Portugal, notadamente através da Universidade de Coimbra, com as elites coloniais sendo formadas juntamente com as da metrópole, estabelecendo laços sociais, políticos e interesses comuns. Com a transferência de D. João VI e sua corte portuguesa para o Rio de Janeiro, que já exercia o papel de centro econômico do império português, esses laços foram transferidos para a nova metrópole, a nova corte, no Rio de Janeiro, reforçando a unidade territorial da colônia. Não é por acaso que o Rio se torna a capital do novo império e se impõe na repressão de diferentes revoltas provinciais na primeira metade do século XIX.

Refletir sobre os 200 anos de Independência do Brasil implica em pensar sobre os diferentes movimentos e elementos que integram este processo, considerando: as revoltas do final do período colonial e início do século XIX; as contradições do sistema colonial; o Modo de Produção Escravista Colonial e sua subordinação ao Modo de Produção Capitalista, expresso na relação entre Inglaterra, Portugal e Brasil, imperialismo, bem como na expansão da *plantation* escravista através da cafeicultura; os elementos políticos, econômicos, diplomáticos, sociais, culturais das primeiras décadas do século XIX; os diferentes projetos de nação; a relação com os processos de independência e as repúblicas latino-americanas.

Pensar este processo implica também em levar em consideração as resistências sociais e o movimento de desnaturalização de uma história linear da formação nacional, de uma Independência pacífica, centrada na narrativa dos grandes fatos e homens, visando reforçar os laços de unidade e identidade nacional, silenciando as vozes contrárias e eliminando as diferenças. Considera-se importante pensar os usos e apropriações do passado, como nos momentos de celebração do centenário (1922) e do sesquicentenário (1972), bem como refletir sobre o significado dessa independência ao longo do tempo e também no momento atual.

O presente dossiê é constituído de uma entrevista coletiva e quatro artigos. A entrevista que abre a edição é constituída de cinco questões que foram remetidas a quatro destacados intelectuais marxistas - os professores David Maciel (UFG), Eurelino Coelho (UEFS), Mário Maestri (UPF) e Virgínia Fontes

(UFF) – com o objetivo de registrar sua interpretação sobre o significado da emancipação política de 1822, os autores e interpretações fundamentais para a compreensão deste processo, a relação do Brasil com os países imperialistas centrais e suas decorrências internas, o debate sobre a questão nacional e o caráter da revolução brasileira, e os desafios a serem enfrentados hoje desde uma perspectiva marxista. Seja por meio dos elementos em comum, seja pelas diferenças expressas nestas interpretações, a reflexões presentes nesta entrevista coletiva destacam diversos elementos fundamentais dos processos problematizados nesta edição.

O primeiro artigo do dossiê – *“In Dependence we trust”*: uma reflexão sobre as classes dominantes e o desenvolvimento associado do capitalismo no Brasil, de Gelsom Rozentino de Almeida, problematiza o caráter associado-dependente do desenvolvimento capitalista brasileiro e suas implicações, como a superexploração dos trabalhadores, o caráter violento da dominação e a exclusão política dos setores subalternos. Na sequência, Michel Goulart da Silva, em *Everardo Dias, o comunismo e a Maçonaria*, reflete, a partir da trajetória de um destacado intelectual e líder político, sobre o embate entre distintas correntes políticas no país nas décadas de 1920 e 1930, bem como os movimentos de memória que disputam e visam reinterpretar os sentidos da atuação de Everardo Dias.

Os dois artigos seguintes discutem, a partir da análise de sujeitos situados em campos antagônicos, o contexto da década de 1960, na qual o debate sobre dependência foi especialmente recorrente nas disputas políticas. De um lado, Josiane Mozer, no artigo *A literatura para “salvar” o Brasil: o alinhamento ideológico entre os programas editoriais e de agências estadunidenses* apresenta inúmeras iniciativas concretas de agências estadunidenses na propagação de obras anticomunistas, antinacionalistas e defensoras do modelo de desenvolvimento associado-dependente, em conformidade com os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos. De outro, Tamires Brito, no artigo *Posições no campo da esquerda na década de 1960: bases teóricas, linhas interpretativas*, apresenta as mais destacadas elaborações constituídas no campo da esquerda na década de 1960 sobre a Revolução brasileira e o papel do partido revolucionário, com especial destaque para a original elaboração da Organização Política Operária (POLOP) e sua concepção de independência de classe e de partido revolucionário.

Para além do dossiê, a edição traz ainda mais um artigo e duas resenhas. O artigo *Mariátegui e sua obra literária sobre o fascismo*, de Silvana Mansano, analisa uma novela pouco conhecida de José Carlos Mariátegui, *La novela y la vida. Siegfried y el Profesor Canella*, na qual reflete sobre o contexto da ascensão do fascismo e os impasses e traumas que permearam aquele contexto. A seguir, Danilo George Ribeiro resenha criticamente o livro de Bruno Manso,

A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro, obra importante para a compreensão de elementos centrais da atual tragédia brasileira. Finalmente, Victor Wagner de Oliveira resenha o livro *Operação Lava Jato e luta de classes: forma jurídica, crise política e democracia liberal*, de Pablo Biondi.

Esta edição é finalizada no final de agosto de 2022, um momento decisivo para o país. Um país que há três anos e meio é assolado por um governo que ataca ostensivamente as liberdades democráticas e os direitos sociais, que é permeado escândalos de corrupção e pelo aparelhamento das instituições de Estado, responsável por colocar o Brasil no centro da tragédia mundial da pandemia, com quatro vezes mais mortes por milhão de habitantes do que a média mundial, que recolocou o Brasil no mapa da fome e que em cada um dos mais 1.300 dias de governo atuou buscando provocar uma ruptura institucional e impor o fechamento político do país. A provável e esperada derrota eleitoral de Jair Bolsonaro se constituirá em um revés importante para o processo de fascistização conduzido pelo presidente e seus apoiadores, mas não significará sua derrota definitiva. A derrota da ameaça fascista só será efetiva com a retomada da organização autônoma dos sindicatos e movimentos sociais e populares, expressando as reais necessidades dos trabalhadores. Temos a convicção de que a reflexão crítica, sistemática e rigorosa, conforme a proposta editorial de *História & Luta de Classes*, ainda que isoladamente insuficiente, é um elemento imprescindível deste processo.

Setembro de 2022

Gilberto Calil

Editor

Gelsom Rozentino de Almeida

Luciano Mendonça de Lima

Ricardo Figueiredo de Castro

Coordenadores do Dossiê